

O comboio da Europa

1 de Dezembro de 2003

Álvaro Vasconcelos

Depois da cimeira da Figueira da Foz, a Espanha passou a ser oficialmente olhada não como um atalho para a Europa mas como parte dela. Não se salta por cima da Espanha, mas quer fazer-se das relações com o vizinho próximo uma componente essencial do processo de integração europeia, onde se joga uma boa parte do nosso desenvolvimento económico, político, científico e cultural. A ligação de Lisboa a Madrid provoca porém as mais vivas reacções dos que ainda apostam na estratégia de contornar a Espanha por mar ou que apenas vêem o país vizinho como um território de passagem, de preferência breve, para chegar a França. Constata-se que muitos dos que temem a competição no espaço peninsular são também cépticos em relação ao caminho europeu de Portugal e opositores do actual projecto constitucional, pois para eles na Europa dos grandes espaços Portugal, a prazo, será mais uma região de Espanha, com maior ou menor autonomia. São as velhas teorias do nacionalismo português, anti-espanhol e anti-europeu, que nos condenaram ao isolamento e ao subdesenvolvimento durante cinquenta anos. Quanto mais exemplares e intensas forem as relações bilaterais mais prestígio e influência terão os dois Estados, na Europa e fora dela. Portugal e Espanha, depois da adesão à União, eram e são apontadas como exemplo dos efeitos positivos do método europeu da paz e democracia pela inclusão, da transformação das relações entre "inimigos históricos", estudadas por outras vizinhanças, nomeadamente na Europa central. Em vésperas da adesão, as relações comerciais entre os dois países eram praticamente inexistentes: representavam, em 1981, apenas 1% das suas trocas comerciais totais. Mas também as relações políticas, culturais e até humanas eram ridículas para dois países vizinhos. O pensamento estratégico português dominante definia ainda a Espanha como o inimigo potencial e opunha-se a toda a ligação física entre os dois países. É evidente que uma perspectiva tão retrógrada não podia resistir à democracia e à integração europeia. E em dezassete anos as relações luso-espanholas mudaram abissalmente, primeiro com a abertura comercial e a convergência nos grandes dossiers europeus, nomeadamente os da coesão, depois com os investimentos recíprocos, finalmente com a integração física simbolizada pelas numerosas pontes que se foram construindo em todos os rios que separavam os dois países. Mas não só de economia e política vivem as relações ibéricas, e os escritores, cientistas e artistas portugueses a descobrem agora as enormes potencialidades da Espanha. Na política externa, há que salientar a defesa em comum da abertura europeia ao sul: as Presidências dos dois países ibéricos promoveram o avanço nas relações com a América Latina, nomeadamente o Mercosul, e o Mediterrâneo é objecto de iniciativas comuns, como o diálogo com o Maghreb, o chamado 5+5. Em muitas destas políticas havia e há nuances peninsulares mas a similitude de perspectivas tem dominado e é significativa a comunhão de pontos de vista - até Nice - nas questões europeias. Pontos de vista próximos e comum empenhamento na construção europeia deram novo rumo às relações bilaterais, deslegitimando em Portugal o nacionalismo anti-espanhol e obrigando a Espanha a abandonar uma atitude algo negligente para com o seu vizinho ocidental. Em suma, quanto mais no centro da Europa mais perto um do outro estão Portugal e Espanha na península. Mas o tempo da grande convergência europeia parece ter passado. A Espanha bate-se para voltar nalguns passos à incompleta reforma que a feira dos poderes de Nice produziu, e que permitiu à Espanha (e por acréscimo à Polónia) obter um estatuto de quase-grande país europeu. Não se sabe por enquanto até que ponto irão as divergências sobre o futuro da Europa, mas se os diferendos se agravarem, se nos dois países se reforçarem as tendências soberanistas, reaparecerão por cá os velhos fantasmas anti-castelhanos. Não serão nessa altura os comboios que nos valerão e por isso é

tão importante reconstruir a convergência europeia entre os dois países. O projecto da Constituição, rectificado com as clarificações necessárias, é uma base sólida para se restabelecer a convergência. Por um lado, porque abandona o mau compromisso de Nice e introduz um sistema de ponderação de votos mais claro e equilibrado, mas sobretudo porque reforça a Europa dos cidadãos e dos seus direitos fundamentais. Estar no centro da Europa significa hoje, quer se queira quer não, acompanhar o processo de aprofundamento da União Europeia liderado pela França e pela Alemanha com o apoio dos países do Benelux, e fazer assim parte do núcleo de coesão cuja formação rapidamente se acelera.